



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 186

SÁBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 240ª SESSÃO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro da Fazenda

Nº 975/93, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 881/93, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 1.167/93, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando que seja considerada como licença a sua ausência dos trabalhos da Casa, dia 19 de novembro em curso. Votação adiada por falta de **quorum**.

— Nº 1.168/93, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 22 a 24 de novembro do corrente ano. Votação adiada por falta de **quorum**.

— Nº 1.169/93, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando a prorrogação por mais 90 dias do prazo concedido a Comissão Temporária destinada a proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro. Votação adiada por falta de **quorum**.

1.2.3 — Discursos do Expediente

O SR. PRESIDENTE — Solenidade de hasteamento hoje, por ocasião de sua data festiva, da Bandeira Nacional.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Desperdício de alimentos no Brasil. Transferência do delegado da Polícia Federal que investiga as chamadas contas fantasmas no Estado da Bahia.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Apelo ao Sr. Presidente do TST, no sentido de agilizar a criação de juntas de conciliação e julgamento no Estado do Piauí.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Necessidade da mudança de critérios da Comissão Mista de Orçamento. Uso indevido das subvenções sociais.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Alto índice de acidentes de trânsito nas cidades e estradas brasileiras.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Posição contrária de S. Exª à privatização do Banco Meridional do Brasil.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 70, de 1993

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 563 a 565, de 1993

Nº 247, de 1990 (apostila)

4 — ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 76 e 77, de 1993

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES***Diretor-Geral do Senado Federal***AGACIEL DA SILVA MALA***Diretor Executivo***CARLOS HOMERO VIEIRA NINA***Diretor Administrativo***ILIZ CARLOS BASTOS***Diretor Industrial***FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA***Diretor Adjunto***DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL***Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal***ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tragam 1.200 exemplares

Ata da 240ª Sessão, em 19 de novembro de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nabor Júnior****ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.****SENADORES:**

Affonso Camargo _ César Dias _ Chagas Rodrigues _
 Francisco Rollemberg _ Gilberto Miranda _ Jutahy Magalhães _
 Magno Bacelar _ Nelson Wedekin _ Pedro Simon _ Valmir
 Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**AVISO****DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**

Nº 975/93, de 12 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 881, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em originais, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.167, DE 1993

Nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, requeiro que seja considerada licença minha ausência aos trabalhos

da Casa, dia 19 de novembro em curso, a fim de pronunciar, em São Paulo, palestra sobre "A situação liberal do País frente à Reforma Constitucional", na 4ª Reunião do Conselho Liberal da Fundação Friedrich-Naumann, e participar da posse da Comissão Executiva do PFL em São Paulo, conforme convites em anexo.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1993 — Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 1993

Nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, requeiro seja considerado como de licença autorizada o período de 22 a 24 de novembro, a fim de participar do Seminário Internacional de Administração Pública, em Curitiba, promovido pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e Associação Brasileira de Municípios.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1993. — Senador **Divaldo Suruagy**.

REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 1993

Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Ato nº 16/92, destinada a "proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro. Tanto no tocante a sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento", solicito à Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 1º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 90 (noventa) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protesto de estima e distinta consideração.

Brasília, 18 de novembro de 1993. — Senador **Francisco Rollemberg**, Vice-Presidente da CT no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Comunico aos Srs. Senadores que sendo hoje 19 de novembro, dia consagrado à Bandeira, o hasteamento realizar-se-á, solenemente, às 12 horas. Para essa solenidade, ficam convidados os Srs. Senadores e servidores do Senado Federal.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é esta a primeira vez que o tema do desperdício de comida é abordado neste plenário. Não é tampouco a primeira vez que assistimos a denúncias veiculadas pelos jornais e pela televisão dando conta de desperdício de comida entre nós.

Apesar de estar correndo o risco de ser repetitivo, volto a insistir sobre este mesmo assunto, até que estejamos todos cansados e perfeitamente conscientes da necessidade de poupar comida em um país de famintos. Sempre há interesse do Governo em encontrar caminhos que nos levem à solução desta questão-desafio.

Trata-se, contudo, de uma questão, no mínimo, contraditória, mas, principalmente, de extrema gravidade do ponto de vista ético.

Vivemos e compactuamos, de certa forma, com uma situação que é, antes de mais nada, imoral. De que outro nome a chamaríamos, se não é imoral o fato de termos mais de dois e meio milhões de crianças nordestinas em estado de subnutrição, enquanto jogamos fora, literalmente, mais de quinze milhões de toneladas de alimentos?

Como classificar um país que abriga mais de trinta e cinco milhões de pessoas famintas e, ao mesmo tempo, é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos? Não será indecente um país que se dá ao luxo, ou ao deslante, de deixar perder-se, nas várias etapas do processo produtivo, mais de trinta e cinco por cento do que foi plantado, enquanto milhares de cidadãos sob sua responsabilidade morrem, literalmente, de fome?

Isto é uma imoralidade!

Isto agride o nosso bom-senso, fere os nossos brios e desafia a nossa capacidade de entendimento, pois os 500 milhões de dólares que a nossa insensatez desperdiça, no caminho que vai da fazenda à mesa do consumidor, seriam mais do que suficientes para matar a fome de todos os brasileiros que se encontram abaixo do patamar de uma renda de 340 dólares anuais e que integram esse contingente que nos equipara às mais pobres economias do continente africano.

E não há de ser decente uma economia que age dessa forma.

Não há argumentos morais que nos permitam defender a manutenção de um tal estado de calamidade, em um país que tem e domina uma tecnologia capaz de produzir alimentos em quantidade e em qualidade suficientes para alimentar a sua população e ainda abastecer os mercados externos.

Disponemos de tecnologias adaptadas às nossas condições de clima e de solo e para isso mantemos e sustentamos uma estrutura caríssima de pesquisa agropecuária, abrigada dentro do que se chama organograma oficial da Embrapa.

Disponemos de uma estrutura oficial de armazenamento que, se bem gerida e bem servida, no que agora se chama de Conab, estaríamos em condições de manter um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos. Conhecemos em detalhes os mecanismos que afetam a comercialização de produtos agrícolas. Sabemos até mesmo como en-

frentar a perfeita concorrência que se dá na exploração agrícola, quando milhares de produtores lançam o mesmo produto no mesmo mercado e na mesma hora. Sabemos, assim, que é indispensável a intervenção do Estado para a garantia do equilíbrio entre a oferta e a procura.

Temos também escolas agrônômicas e cursos de excelente qualidade capazes de formar mão-de-obra especializada em diversos níveis.

O Brasil sabe plantar, sabe administrar suas fazendas, sabe colher e sabe embalar seus produtos. O Brasil dispõe de uma excelente rede instalada de centrais de abastecimento junto aos grandes centros consumidores.

O mercado agrícola brasileiro já opera em sistema de bolsas de mercadoria com extrema competência.

A nossa indústria sabe produzir máquinas e implementos agrícolas de boa qualidade e até os exporta para outros países.

Disponemos de uma rede de silos e armazéns espalhados por todo o nosso imenso território e sabemos muito bem como administrá-los e até como não administrá-los.

Possuímos, em pleno funcionamento, há anos, uma estrutura inteligente de financiamento da produção, apoiada por uma invejável estrutura capilarizada de atendimento bancário.

O Brasil tem experiência em cooperativismo agrícola e até mesmo uma certa tradição, principalmente na Região Centro-Sul. Sabemos muito bem o que significa para o pequeno produtor o trabalho cooperativo e dispomos de uma rede de organizações de produtores que inclui cooperativas e outras formas de associação, capazes de garantir uma melhor remuneração no trabalho agrícola.

Esse mesmo Brasil dispõe ainda de resultados comprovados de pesquisa para orientação do produtor rural e ainda tem levantamentos estatísticos informatizados, de dados confiáveis, capazes de orientar a decisão de plantar ou deixar de plantar.

O mesmo Brasil dispõe, ainda, de uma rede nacional de telecomunicações, que pode perfeitamente veicular as informações de interesse do agricultor, pois nosso País domina a tecnologia de ponta em comunicação de massa, comunicação de dados e comunicação pessoa-a-pessoa, operando em perfeitas condições de uso e em condições de matar de inveja a maioria dos países do mundo, incluindo-se aí alguns países do chamado Primeiro Mundo.

Mas o Brasil ainda tem mais.

Tem um enorme potencial implantado em termos de estrutura de produção agroindustrial e pode ampliar ainda em muito a sua capacidade instalada.

Tem ainda um dos maiores rebanhos bovinos do mundo e domina os segredos do manejo de gado de corte e de gado de leite, gerando tecnologia nacional de excelente qualidade em áreas de alta tecnologia como inseminação, alimentação e abate de animais.

Além de tudo isso, ainda temos uma enorme variedade de climas e de solos, que nos permitem, de um lado, a implantação de uma "Nova Califórnia" às margens do Rio São Francisco ou no sertão árido do Rio Grande do Norte e Ceará e, de outro, a produção, em Santa Catarina, de frutas de clima temperado da melhor qualidade que existe.

O Brasil tem tecnologia, capacidade instalada em condições de implantar sistemas de irrigação de variadas modalidades, imediatamente.

O Brasil tem um mercado interno enorme e ainda passível de ser expandido e tem demonstrado competência e arrojo

para abrir espaços no mercado internacional até mesmo de frutas e de flores.

Como se explica que, dispondo de tudo isso, não sejamos capazes de suprir nem mesmo as nossas carências mais elementares em termos de alimentação?

Sei que uma grande parte da explicação que nos falta está contida na nossa incapacidade de fazer uma reforma agrária inteligente, que dê acesso à terra a um número maior de pequenos produtores de alimentos. Sim, pois é a pequena propriedade a principal responsável pela falta de alimentos entre nós, já que as grandes propriedades estão produzindo de olhos voltados para os mercados externos, raciocinando e fazendo suas contas em dólar.

Mas, além dessa estrutura agrária disfuncional, por que o Brasil não tem sido competente para alimentar o seu próprio povo?

Ou ainda, por que não demonstramos no combate à fome a mesma competência que esbanjamos na produção de soja, por exemplo?

Como aceitar-se, sem revolta, o fato de ver o Brasil colocado ao lado de alguns dos países mais pobres do mundo, equiparado a nações muito menos favorecidas que nós, por não dispor precisamente de grande parte de tudo aquilo que acabamos de enumerar?

Se somos indiscutivelmente competentes na exploração agrícola, por que temos sabido demonstrar competência, mas não como colocar o resultado de toda essa mesma competência a serviço da oferta de alimentos na mesa do povo?

Precisamos, urgentemente, descobrir caminhos que nos permitam matar a fome que mata o nosso povo e fazer com que tanta competência nos mostre como alimentar os nossos mais de 30 milhões de famintos.

O Brasil, na verdade, desperdiça competência.

Existe entre nós um desperdício de competência técnica, de competência gerencial e de competência política tão mais grave e mais irracional do que o desperdício de comida que nos choca e nos revolta a todos.

Jamais saberemos como explicar para as gerações vindouras a existência de tanta competência, de um lado, e de tanta incompetência, de outro.

Talvez todas as explicações reduzam-se à insensibilidade moral que nos atingiu como uma verdadeira praga.

É preciso que apelemos para esses mesmos conceitos morais que diziam que este País está precisando de um choque de Ética, pois o que nos falta mesmo é vontade de resolver o problema da fome; o que nos falta é coragem para abrir mão de privilégios ultrapassados; o que não temos tido é vergonha de deixar que se morra de fome enquanto jogamos comida fora.

Não podemos mais tratar deste assunto nos atendo apenas aos rígidos limites das questões de técnica, falando apenas a linguagem especializada da Economia, da Administração e da Política.

É preciso, urgentemente, incluir em nosso vocabulário alguns termos um tanto em desuso entre nós, mas, por isso mesmo, indispensáveis como sinalizadores de um caminho a ser percorrido por todos nós.

É preciso resgatar algumas palavras que nos têm feito grande falta, como por exemplo: Vontade, Coragem, Decência, Vergonha e Respeito.

Ao que parece, o que nos falta é **coragem** para enfrentar um desafio que exige a adoção de um sistema de distribuição

de terras aos novos pequenos produtores rurais, geradores de alimentos.

Precisamos de **vontade**, inclusive de vontade política, que queira, de fato, aceitar o desafio de eliminar a miséria, a face oculta da fome.

Falta-nos recuperar o sentido da **decência**, para redescobrir o quanto são indecentes a marginalidade, a miséria e a fome endêmica, que permitimos se implantasse entre nós.

É preciso ser capaz de sentir **vergonha** de tudo isso.

É preciso experimentar um sentimento de inquietação por não termos tido competência para resolver o problema da fome dos nossos irmãos, quando temos demonstrado tanta capacidade gerencial, técnica e política para fazer fortuna, para acumular benefícios e concentrar riqueza.

É preciso respeito!

Precisamos recuperar a capacidade de exercitar a noção de igualdade e passarmos a ver nos nossos irmãos famintos — nos meninos que abandonamos em nossas ruas, nas pessoas que vasculham os lixões de nossas cidades — pessoas como nós, iguais a nós, meninos como os nossos, iguais em tudo aos nossos filhos.

Só então seremos capazes de respeitá-los.

E, quando tudo isso for realidade, poderemos debruçar-nos sobre as questões e as recomendações técnicas que nos apontam os caminhos do aprimoramento de toda aquela infra-estrutura existente em nosso País, mas que havíamos esquecido de usar em benefício do nosso irmão, do nosso igual, do nosso concidadão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns dias, neste plenário, tive oportunidade de alertar as autoridades, principalmente o Ministério da Justiça, sobre a trama do afastamento de um delegado da Polícia Federal que estava apurando a chamada conta fantasma no Estado da Bahia. Infelizmente, foi concretizada a transferência daquela autoridade a pedido do Governador do Estado da Bahia, que, segundo o delegado que estava fazendo a apuração, é um dos principais suspeitos de ter se beneficiado da movimentação dessa conta fantasma para sua eleição.

A apuração estava em andamento, Sr. Presidente, no sentido de descobrir quem era o responsável pela movimentação dessas contas; não haviam chegado ainda a uma conclusão. Exames grafológicos estavam sendo feitos, ainda o estão, para ver se conseguem descobrir quem é o fantasma. Não há dúvida sobre os depósitos feitos e sobre os períodos em que isto ocorreu: justamente no período eleitoral; de agosto até logo depois da eleição de outubro. Poucos dias depois, essa conta, que recebeu depósitos de empresas, foi encerrada.

É estranho, Sr. Presidente, que isso tenha ocorrido. Temos a informação do próprio Procurador-Geral da República de que faria continuar essa apuração. Mas, logicamente, há muitas dificuldades quando não existe a continuidade do trabalho.

Posteriormente, vou encaminhar um documento oficial do delegado no qual ele informa que está sendo transferido por pressão do Sr. Governador do Estado da Bahia e diz, inclusive, que isso pode provocar a responsabilidade do Sr. Governador por ato previsto no Código Penal, para evitar apurações de fato. Não tenho o documento agora e peço a V. Ex.^a que assim que eu o encaminhar considere-o para ser incluído no meu discurso.

Espero, Sr. Presidente, que a apuração continue. Como tive oportunidade de dizer ao próprio delegado, ao Chefe da Polícia Federal, Coronel Romão, não quero ver a Polícia

Federal do meu País ser acusada de incompetência seletiva. E o que isso significa? Enquanto tem competência para apurar as contas fantasmas do esquema PC Farias no Brasil inteiro, mostra-se incompetente para apurar, exclusivamente na Bahia, a conta fantasma que lá existe.

Ora, Sr. Presidente, um país que está buscando punir aqueles culpados, um Congresso que está apurando os responsáveis por atos desabonadores, atos criminosos contra o patrimônio público, um Congresso que está cortando a própria carne não pode aceitar que fiquem impunes outros elementos porque têm prestígio eleitoral. Não quero isso para o meu País.

Digo que foi com profunda tristeza, com profunda amargura que vi concretizado aquilo que denunciei alguns dias atrás; infelizmente ocorreu. Mas tenho confiança, Sr. Presidente, que um país que está sendo governado por pessoas decentes, corretas, que desejam fazer a apuração dos fatos não permitirá que isso ocorra. É uma vergonha para quem quer passar este País a limpo, como estou ouvindo a cada dia.

Somos, hoje, um País que ressurgiu das ruas, numa tentativa e num movimento em favor da ética e da moralidade pública. Somos um País que está procurando ressurgir de dentro do Legislativo, uma Instituição que está em total desprestígio perante a opinião pública, mas que tem a obrigação moral de mostrar que é competente e séria.

Por isso mesmo, não podemos assistir calados a que outros órgãos aceitem pressões do Governador para demitir ou transferir um funcionário indicado para fazer as apurações que já estavam chegando a seu término. Depois de confirmar esse fato, vieram outras razões para explicar a saída do delegado.

Sr. Presidente, acredito neste Governo. Tenho certeza que o meu amigo, meu colega, Ministro Maurício Corrêa, com todas as dificuldades, tomará as devidas providências para que não fique sem apuração a responsabilidade e o beneficiário dessa conta fantasma da Bahia. Aqui estarei para cobrar constantemente, a fim de que se traga a verdade perante este Plenário e perante a opinião pública.

O que me interessa é a verdade e que se chegue a ela.

Sr. Presidente, era o que havia para declarar neste instante. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 1993

Torna obrigatória a publicidade da transferência e da aplicação de recursos, a fundo perdido, da administração pública federal para estados e municípios, inclusive a seus órgãos e entidades, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração pública federal, de qualquer nível ou hierarquia, são obrigados a dar publicidade, no Diário Oficial da União e do Estado, até o dia dez do mês seguinte à ocorrência do ato, da transferência e da aplicação de recursos orçamentários ou de qualquer outra origem ou natureza, a fundo perdido, para estados e municípios, inclusive para seus órgãos ou entidades descentralizadas.

Parágrafo único. As informações constantes destas publicações deverão ser divulgadas pelo programa oficial do Governo Federal "A Voz do Brasil" ou em horário a ser criado pela Radiobrás com finalidade específica.

Art. 2º A publicação mencionará, entre outros elementos:

I — o nome da unidade política, órgão ou entidade beneficiária;

II — a data e o montante dos recursos a serem liberados;

III — a destinação das dotações;

IV — a situação das prestações de contas das verbas anteriormente concedidas.

Art. 3º Os órgãos e entidades da administração pública estadual ou municipal, beneficiados na forma do art. 1º desta lei, ficam obrigados a dar publicidade da aplicação dos recursos até dez dias após o pagamento.

§ 1º A publicidade a que se refere este artigo será realizada mediante a utilização dos veículos de comunicação previstos no art. 1º desta lei, destacando-se, no mínimo, os seguintes elementos:

I — montante dos recursos aplicados;

II — cronograma de liberação;

III — relação dos materiais adquiridos ou obras executadas, indicando, no mínimo, conforme o caso:

a) o fornecedor ou o executor de obra;

b) o preço unitário e as quantidades correspondentes;

c) o valor total da operação;

d) a data do pagamento

IV — setores econômicos e sociais beneficiados

V — situação atual do projeto.

§ 2º As informações constantes destas publicações serão encaminhadas às comissões competentes das Câmaras Municipais de Vereadores e das Assembleias Legislativas dos Estados, respectivamente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De conformidade com a nova ordem constitucional promulgada em 1988, a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Em comentário ao princípio da publicidade, o saudoso e eminente administrativista e professor Hely Lopes Meirelles pontifica:

"Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar os seus efeitos externos, visa propiciar o seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais-mandado de segurança, direito de petição, ação popular, *habeas data*, suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa (CF, art. 37, § 4º). (Direito Administrativo Brasileiro, 15ª ed.; 1990, pág. 81)"

Na linha do ensinamento do insigne mestre, este projeto efetivamente tem por objetivos tornar realmente transparente a gestão dos bens e valores públicos, contribuir para que a comunidade se conscientize da realidade econômico-financeira de seu interesse, de forma a poder cobrar exatidão na aplicação dos recursos públicos recebidos pelos administradores, evitando, inclusive, inadimplências que, muitas vezes, inviabilizam o recebimento de novos recursos.

Contamos, pois, que os interesses superiores da sociedade sejam os fatores decisivos para a transformação desta iniciativa em direito positivo legislado.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1993, — Senador João Rocha.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

MANO ANTONIO GONCALVES - 071-3812764-FAX

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CONCLUSÃO

Ass. GERAL do mês de Novembro
do ano de mil e novecentos e 93
estes autos com o nº 001.000.000.000-00
GAS MUNICÍPIO
da qual por constar, lavro este termo.
Eu, LISETE TAVARES, escrevo e subscrevo.

DECISÃO

1. Juntam-se:

a) a intimação que expedi em 29.10.93 para PAULO AUGUSTO LEITE SERRAL, ouvida a fls. 443, a fim de que o mesmo voltasse a comparecer em Cartório para colheita de material gráfico padrão de seu punho, com o objetivo de verificar se ele é o correntista fictício "HUGO TAVARES FERRE FILHO";

b) a intimação que expedi em 29.10.93 para o indiciado MARCO ANTONIO LEAL CARLOS DE SOUZA, a fim de que o mesmo voltasse a comparecer em Cartório para colheita de material gráfico padrão de seu punho, com o objetivo de verificar se ele é o correntista fictício "ESMERALDA FERREIRA DA SILVA" cujos cheques emitidos constam do Apenso 3 dos autos.

2. Considerando que, no dia 04 do fluente, recebi do Delegado NASCIMENTO ALVES PAULINO, Coordenador Central Policial, ordem para me afastar imediatamente de Salvador/BA, em face da exigência nesse sentido feita, segundo a referida delegada, pelo Governador do Estado da Bahia, Sr. ANTONIO CARLOS MACALHÃES, no Diretor-Geral do IPR, Coronel VILSON HENRIQUE, determino à Senhora Escrivã que certifique nos autos o fiel cumprimento da ordem recebida, consignando a hora, o número do voo e o nome da companhia aérea em que nos deslocamos de Salvador até Brasília, bem como a hora de chegada nesta Capital.

Ass. fls. 447

93 11 16 16:27

2 661 226 7836

FOLHA BRASILIA

91



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - DF
N.º _____
N.º _____
Recebido _____

11/11/93
DEPTA 7
11.11.93
917

Continuação do Despacho de 08.11.93

- Fls. 02 -

3. Tendo em vista que considera o referido Cover nador, conforme já afirmou no Fls. 751, o principal motivo de haver se beneficiado com o dinheiro advindo da conta do correntista fictício "HUGO TAVARES FREIRE FILHO", entende a sua exigência de seu afastamento da Bahia como uma intromissão inusitada, descoberta e quiçá criminoso (Art. 344 do CPD) nos assuntos internos da Polícia Federal e nas investigações por ela atualmente desenvolvidas neste crucial momento da história do Brasil.

4. Considerando que, nesta data, por volta do meio-dia, recebi ordem do Senhor Coordenador Central de Polícia no sentido de proceder à imediata remessa destes autos ao Sr. Diretor-Geral do DEJ, que estaria invocando este procedimento, queira o Sr. Escrivão proceder conforme o determinado.

Brasília/DF, 08 de novembro de 1993

R. M. S. - A. J.
ROBERTO DAS CHAGAS MONTEIRO
Delegado da Polícia Federal

DATA

Nesta data, recebi estes autos.

Brasília, 08 de 11 / 93

Valley

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para dirigir um apelo a S. Exª o Dr. Orlando Teixeira da Costa, Digníssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Fui informado por S. Exª, o Dr. Jesus Fernandes de Oliveira, Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede em Teresina, que foi enviado anteprojeto de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado do Piauí.

A criação dessas Juntas vinha sendo reclamada não só por líderes sindicais dos trabalhadores, como também por líderes do empresariado do meu Estado.

Assim — considerando-se que no Piauí só existem quatro Juntas de Conciliação e Julgamento e, ainda, levando em conta que o dispositivo constitucional, de minha autoria, determina que haverá em cada Estado da Federação pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho —, vemos com satisfação que o Tribunal Superior do Trabalho vem dando cumprimento rigoroso a essa norma constitucional. Em quase todos os Estados da Federação já foi criado e instalado o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

Agora estamos em uma nova fase: já temos votado alguns projetos de lei referentes a vários Tribunais Regionais do Trabalho. Tendo o nosso Dr. Jesus Fernandes de Oliveira, digníssimo Juiz-Presidente da 22ª Região, encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho anteprojeto de criação de Juntas, o meu objetivo, hoje, nesta Casa, é pedir especial atenção do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Orlando Teixeira da Costa, que, com sua habitual dedicação a assuntos dessa natureza, dispense também a essa mensagem que acompanha anteprojeto o apreço necessário e o apoio daquele Tribunal.

O meu apelo é extensivo aos demais Ministros desse Tribunal Superior, no sentido de que esse assunto seja examinado com rapidez, para que façam chegar ao Congresso a mensagem encaminhando o projeto.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esta matéria será também examinada com toda a atenção na Câmara e no Senado, e, em breve, teremos aprovada a lei que criará novas Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado do Piauí, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

S. Exª declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário, no momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário, no momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário, no momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mergulhado no torvelinho dos surpreendentes e atuais acontecimentos sob investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, já aos primeiros passos exsurtem claros e insofismáveis sinais de fragilidade naquela Comissão de Orçamento, que, certamente, não escapam ao fino olhar observador desta Casa.

Trata-se da estrutura e das regras vigentes até então, na referida Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, especialmente no tocante ao efetivo e rígido controle de suas atividades, bem como no que diz respeito à participação e à fiscalização por parte de todos os Srs. Deputados, membros ou não daquela Comissão. Para que possam acompanhar, participar e fiscalizar a contento suas atividades, da forma mais aberta, democrática e cristalina possível, torna-se imperiosa uma radical reformulação em sua organização e métodos de procedimento.

Vejo que a questão posta está sendo objeto das preocupações dos Srs. Presidentes da Câmara e do Senado, como também do nobre Líder do Governo, Senador Pedro Simon, partilhada por mim e, de certo, por vários dos Srs. Parlamentares, os quais não se furtarão a prestar sua colaboração, visando ao aperfeiçoamento ou modificações que se fizerem necessárias.

Não me resta a menor dúvida de que essas providências devam se inserir entre as prioridades, dentre tantas outras que se queiram tomar. O alvo dessas medidas refere-se a reparar erros e desacertos que até então vinham sendo praticados na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e, naturalmente, coibir a prática de atos suspeitos ou criminosos, dissipando-se a cortina de fumaça que encobria o balcão de negócios ali instalado e utilizado por um punhado de desonestos que se banquetearam com o dinheiro público. De sorte que as preocupações, neste sentido, dos ilustres Presidentes das duas Casas, como já disse, são as minhas preocupações também, e as iniciativas que se acharem por bem tomar contarão com o meu integral e decidido apoio.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, outro aspecto que, no momento, me ocorre abordar, diz respeito às subvenções sociais. É inconcebível a permanência do atual modelo no trato com as chamadas subvenções sociais, a sangria a que submeteram o Erário, após longos anos de prática de vampirismo, desempenhada por um grupelho da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, de braços dados com funcionários do alto escalão do Executivo, empreiteiras, entidades sociais espúrias, acolitados por funcionários e intermediários corruptos; é inconcebível que isso tudo possa continuar a existir e a contribuir para o permanente e agudo estado de inanição dos cofres públicos.

Temos por dever obstar imediatamente a possibilidade ensejada aos espertalhões, integrantes do poder público, e os da esfera privada, agindo em conluio, de permanecerem na prática criminosa de desvio do bem público. Por outro lado, as medidas que vierem a ser tomadas nesse sentido, deverão ser sólidas e permanentes, impeditivas do ressurgimento de atos semelhantes aos que ora se constata na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Os danos sociais causados com os desvios são incalculáveis! Os desfalques são diretamente proporcionais ao desespero de milhões de brasileiros relegados ao infortúnio, causadores de morticínios e responsáveis pelo depauperamento de milhões de criaturas carentes de alimentos, escolas, assistência médica, saneamento básico, erradicação de doenças endêmicas, habitação e tantos outros benefícios, tipificados como de ação do Estado e que, para tanto, tem a obrigação de provê-los.

Esses recursos públicos, utilizados criminosamente para o enriquecimento ilícito de indivíduos inescrupulosos e que se utilizam de entidades assistenciais fantasmas ou propositalmente criadas com a finalidade exclusiva de se beneficiarem das benesses do poder público, deixam de servir. Por conseguinte, são subtraídos dos cerca de 32 milhões de brasileiros que se encontram em estado de miséria absoluta e se debatem em luta renhida contra a fome. E, enquanto esses desmandos ocorrem, verificamos sensibilizados que o generoso povo brasileiro socorre apiedado aos mais necessitados, colaborando com os seus poucos recursos com a Campanha Contra a Fome e a Miséria, liderada pelo sociólogo Betinho.

Enquanto evidenciam-se esses tristes fatos, emergidos em hora tão difícil da vida nacional, não me poderia conter nem silenciar, solidarizando-me com a revolta do povo brasileiro pelo cometimento de tantas e tantas patifarias contra ele perpetradas e sentindo-me no dever de concentrar todos os meus esforços no sentido de não permitir que esses abutres continuem a saciar o seu voraz apetite às custas da roubalheira do dinheiro público.

É hora de bradarmos à sociedade, recorrendo às últimas palavras atribuídas a Rabelais: "Baixai o pano, a farsa está terminada". Farsa encabeçada por corifeus da corrupção, representantes do povo, em parceria com tantos outros maus brasileiros, que, ao se valerem de expedientes sórdidos, como a criação de entidades ditas sociais, com o único intuito de amealharem dinheiro público, através de subvenções sociais, acabam destinando-se aos regalos de suas vaidades e à satisfação de torná-los fastos. Ao contrário, paradoxalmente, verificamos que as verdadeiras entidades sociais, as honestas e imbuídas do mais puro e verdadeiro espírito altruístico, como, por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia, diversos orfanatos, asilos, entidades educacionais e de artes e ofícios, assistenciais à maternidade e à infância, sérias e, portanto, merecedoras do nosso respeito e apoio, encontram-se, em sua maioria, lutando com dificuldades financeiras para se manterem e prosseguirem em suas nobres missões de amparar os desvalidos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Repare V. Exª que grande parte do que ocorre de irregularidade, seja ou não ato de corrupção, no Poder Executivo, como no Poder Legislativo, decorre grandemente da falta de critério de trabalho nos dois Poderes. Não temos plano de ação, nem no Executivo nem no Legislativo. Repare como são feitas as Ordens do Dia, tanto no Senado, como na Câmara dos Deputados: não há fixação de prioridades para os assuntos, não se definem os assuntos mais importantes para lhes dar preferência; a organização do trabalho é automática; entram em Ordem do Dia as matérias que, por ordem cronológica, chegam à Mesa da Câmara ou do Senado. Se, entretanto, dêssemos preferência

real aos assuntos de maior relevo, teríamos uma orientação bem mais segura, quer para os atos executivos, quer para as decisões legislativas, mas tal não ocorre; procede-se sem a presença das lideranças nas decisões fundamentais. Como os partidos não existem, as lideranças também não funcionam. Sei - todos sabem - que, de quando em quando, os líderes se reúnem com o Presidente da Casa, mas não se sabe, efetivamente, de deliberações reais que influam na natureza dos nossos trabalhos. Não é que falte correção e boa vontade nem à Presidência da Casa nem aos líderes; falta a organicidade de ação, e esta falta de organicidade decorre muito da inexistência de partidos, que deveriam ser e não são instrumentos de governo. Daí é que se verifica essa diluição do trabalho. Nem sempre um trabalho é incorreto no sentido de regular; ele é ineficiente, ineficaz, diante dos grandes problemas do País. Isso é que precisa ser mudado. É preciso que a orientação do trabalho legislativo obedeça a determinadas prioridades, tendo em conta os altos interesses do País. Projetos não faltam; está faltando é a segura orientação para deliberar sobre eles.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Sinto-me muito feliz com esse aparte porque, normalmente, V. Exª tem dado apartes relâmpagos. Tenho reparado e pressentido que são apartes que não procuram intervir na linha de raciocínio do orador. Mas, esta manhã, V. Exª se pronunciou por um tempo um pouquinho maior — tinha até medo que o aparte fosse muito curto —, porque por umas três, quatro vezes ouvi sua tese sobre a inexistência de plano de ação. V. Exª tem insistido coerentemente numa falta de plano de ação governamental. Concordo plenamente. O Governo é de rompantes, é um Governo emocional, haja vista o caso das subvenções sociais. Comprovados os desvios e os desmandos de determinados setores nas verbas que deveriam ser aplicadas, o Governo já disse que não libera mais nenhuma verba social, o que é um rompante, porque vai ter que liberá-la, visto que há questões sérias como a Pestalozzi, a Santa Casa de Misericórdia, e ele não pode nivelar por baixo.

O Sr. Josaphat Marinho — Por falta de orientação segura, iguala desiguais.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — É verdade. No que se refere à sua afirmação de que falta plano de ação, sinto realmente que se o Governo quisesse dar uma satisfação, que ele fizesse uma verificação nesse mar de lama que enseja má aplicação de verbas, e elaborasse um plano de ação, através de sua assessoria; que o Governo fizesse algo mais, além de dizer que não concederia mais essas verbas. Evidentemente que o Governo não vai deixar na penúria milhões de pessoas que realmente têm o direito de receber o que lhes é devido, porque se enquadram na sistemática e não estão corrompidas.

Há falta de plano de ação deste Governo em qualquer setor. Caso isso ocorra nos armazéns da CONAB, o Governo é capaz de dizer que não mais financiará silos. É engraçado, porque ele tira algo que é essencial e, no entanto, não diz se tomará providências para que o financiamento ocorra sobre esse ou aquele aspecto. Mas, lamentavelmente, o Governo lança para a platéia, joga com o emocional, o que não deveria ocorrer neste momento de conturbação.

Nobre Senador Josaphat Marinho, não conheço sequer um plano de ação importante deste Governo na área da agricultura! V. Exª conhece? No âmbito da educação, tínhamos aqui CIACs, CIEPs... Também não conheço nenhum plano de ação. O Governo diz que queria combater a fome numa

jornada de caridade! Mas, veja V. Ex^a que não é em uma jornada de solução! O Governo, através do sistema financeiro, poderia destinar verbas para serem aplicadas, por exemplo, nas cestas básicas ou em favor dos desvalidos. Mas, não! O sociólogo Betinho está às soltas por aí empenhado nessa campanha contra a fome onde cada madame, cada senhora, cada esposa de Governador e autoridade faz a coleta de alimentos, como se isso resolvesse eternamente o problema da fome! Resolve-se momentaneamente, mas amanhã o pessoal come novamente! E aí já não há campanha. Não há um plano de ação sério para a solução da problemática. O que temos aí são lenitivos, curativos, água de flor de laranjeira. Mas o Governo não toca na ferida com profundidade, a fim de solucioná-la.

Sinceramente, gostaria que V. Ex^a me apresentasse, se os conhece, os grandes planos deste Governo que não fossem esses caridosos nem tampouco a distribuição de subvenções com fins eleitoreiros, como vinha acontecendo sistematicamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Note V. Ex^a: ninguém faz qualquer combate à campanha contra a fome desenvolvida pelo sociólogo Betinho.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Claro.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas a verdade dessa campanha só se dá porque falta o planejamento capaz de reduzir as diferenciações sociais e econômicas no País. A redução dessa diferenciação é que seria a solução do problema. Não adianta nada, a não ser a solução de, a cada dia, distribuir comida e outros produtos, quando 48 horas depois o desgracado continua com fome.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — É verdade.

O Sr. Josaphat Marinho — É preciso reduzir o poder de poucos que detêm a fortuna do País e fazer com que essa se distribua pela maioria. Mas, para essa redistribuição, não há plano, não há nenhuma ação, não há nenhuma providência do Governo. Estamos, até agora, esperando os planos de ação do nobre Ministro da Fazenda.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Que por sinal vêm só com balões de ensaio a longo tempo, mas efetivamente ainda não...

O Sr. Josaphat Marinho — Palavras, palavras, palavras... Nem ao menos os projetos chegam ao Congresso, e já estamos a caminho de dezembro.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agora, realmente, consolidado esse ponto de vista de que a inexistência de um plano de ação de governo é que leva à essa ineficiência e enseja exatamente esse tumulto em que estamos.

Faço votos de que as palavras de V. Ex^a encontrem eco nas paredes governamentais do Palácio do Planalto para que o Governo deixe as jogadas "palanqueiras" de lado, não se preocupe com a troca de ministérios ou de ministros agora, tendo em vista as eleições.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex^a está sendo otimista, pois as paredes do Governo são surdas; lá não chegam os ecos dos reclamos populares.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Obrigado a V. Ex^a pela contribuição preciosa a este meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, torna-se inadiável o exame metódico desses graves problemas. Devemos e podemos esquadriñar essas questões milimetricamente, apurando, re-

tificando, discriminando o que presta do que não presta, estabelecendo normas rígidas, adequadas e justas para a utilização do dinheiro público, tanto na área social quanto nas demais áreas, definindo e estabelecendo rigorosamente os limites dos interesses públicos em confronto com os interesses privados, de modo a banir, de vez por todas, do cenário da vida nacional, a prática de assalto aos cofres públicos, extinguindo com rigor os focos de corrupção em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Brasil continua na triste liderança de acidentes de trânsito nas estradas e nas cidades, registrando-se um trágico balanço de mortos e feridos. Temos um dos trânsitos mais violentos do mundo, como todos estão cansados de saber. Porém, uma grande parte dos acidentes de trânsito resulta da má conservação e manutenção das vias de tráfego, de imperícia ou imprudência dos condutores e da precária manutenção preventiva dos diferentes veículos que trafegam nas cidades e estradas.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Segurança no Trânsito do DENATRAN, em São Paulo, revelou o precário estado em que se encontra a maioria da frota em circulação, no que diz respeito ao estado dos componentes de segurança dos veículos. Cerca de setenta por cento dos carros têm mais de cinco anos de uso, o que mostra o envelhecimento da frota, e não atendem aos requisitos mínimos exigidos em matéria de componentes de segurança.

Os especialistas sugerem a implantação da "Vistoria Técnica", acompanhada dos procedimentos reguladores de sua exigência e operacionalização, como forma de melhorar o desempenho dos itens de segurança dos veículos em circulação nas estradas e cidades brasileiras. O bom estado de conservação das viaturas é apontado como fator de fundamental importância para a própria segurança do trânsito. Veículos em bom estado certamente contribuirão para reduzir os impressionantes índices de acidentes de trânsito nas rodovias e cidades de nosso País.

Os técnicos sustentam que qualquer programa de melhoria dos níveis de segurança do trânsito deve contemplar todos os fatores de risco que podem contribuir para a ocorrência de acidentes. Embora não haja estatísticas confiáveis sobre o assunto, as autoridades de trânsito estão convencidas de que um dos fatores mais significativos entre as causas de acidentes de tráfego é o precário estado da frota em circulação. Além do elevado estado de sucateamento dos nossos veículos, há que se considerar a negligência dos motoristas e sua falta de conhecimento de como funciona um veículo. As dificuldades são obviamente agravadas pela crise econômica.

O Instituto Nacional de Segurança no Trânsito — INST, com o apoio da indústria de autopeças, através do SINDIPEÇAS, e do DETRAN de São Paulo, tomou a iniciativa de realizar uma pesquisa em pontos estratégicos da capital paulista com vistas a avaliar o real estado de conservação da frota na Grande São Paulo, dando ênfase aos principais itens

relacionados à segurança dos veículos. Os resultados apresentados indicam uma situação preocupante, que não se restringe apenas a São Paulo, mas deve refletir a precária situação em todo o País, no que se refere ao importante item da *segurança veicular*.

É elementar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que qualquer programa de segurança de trânsito no Brasil terá de contemplar necessariamente a melhoria dos níveis de manutenção de nossa frota. O levantamento realizado na capital paulista destinou-se a atender a dois objetivos básicos: conhecimento das condições de conservação e manutenção da frota circulante na região da Grande São Paulo e conscientização dos proprietários dos veículos de passeio da necessidade de se proceder à manutenção preventiva dos seus veículos.

Para atingir tais objetivos, o Instituto Nacional de Segurança no Trânsito — INST, organizou a referida pesquisa com o patrocínio do SINDIPEÇAS e o apoio do DETRAN/SP, bem como de 25 empresas do setor de autopeças. Os levantamentos foram realizados nos estacionamento de quatro *Shopping Centers* de São Paulo, no período de uma semana, em cada um deles. Nesses locais foram instalados *stands* de inspeção dos itens que compõem as partes dos veículos mais ligadas ao item segurança. Entendeu-se que os locais escolhidos eram representativos de toda a cidade de São Paulo.

O *Shopping Center Norte*, para a região norte da capital paulista; o *Shopping Aricanduva* para a região leste; o *Hipermercado Eldorado*, para o ABC; e o *Shopping Jardim Sui* para a região sul/oeste. A inspeção se desenvolveu de maneira aleatória e voluntária. Todos os serviços foram realizados gratuitamente e abrangeram os seguintes itens: pneus, faróis/lanternas, espelhos retrovisores, suspensão, direção, freios e rodas. Os levantamentos em cada veículo foram acompanhados pelo responsável, sendo que os técnicos das empresas envolvidas davam explicações detalhadas sobre o real funcionamento de cada componente. Ao final de cada teste, era entregue uma cópia da planilha contendo todos os resultados obtidos, propiciando a resolução dos problemas apontados em oficinas especializadas.

A inspeção realizada em cada item não chegou a ser completa, sendo observados, apenas, os componentes que permitiam a análise minuciosa, sem a necessidade de desmontagens, exceção feita à verificação dos freios, que exigia a retirada das rodas dianteiras. Nos levantamentos realizados nos quatro locais já mencionados foram avaliados 1.291 veículos, dos quais 50,5% eram da marca Volkswagen, 22,2% eram da General Motors, 14,4% eram da Ford, 12,1% da Fiat e 0,8% de outras marcas.

O resultado apurado mostra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a média de idade da frota registrada em São Paulo é de 11 anos, enquanto que a da amostra desta pesquisa foi de 7,8 anos. Tal quadro mostra que os veículos que circulam na cidade estão, de modo geral, em piores condições de uso do que os veículos inspecionados, tornando as ruas da capital paulista mais perigosas do que se supunha. A amostra constatou que 13% dos veículos possuíam menos de 3 anos de uso e 30% até 5 anos de idade, o que significa que 70% dos avaliados tinham mais de 5 anos de uso.

A amostra realizada foi significativa, para os técnicos, no sentido de reproduzir as condições gerais da frota de veículos da Grande São Paulo, sendo, portanto, um importante indicador das precárias condições de manutenção exercidas pelos proprietários de veículos naquela capital. Os resultados obtidos demonstram a necessidade de se promover campanhas

para maior conscientização dos proprietários de veículos quanto à importância da sua adequada manutenção para a segurança no trânsito.

A seguir, reproduzimos as principais conclusões de cada um dos itens avaliados: pneus — 26% dos veículos possuíam, pelo menos, um pneu com profundidade da banda de rodagem inferior a 1,6 milímetros (pneu careca) e 53% estavam com um dos pneus em mau estado (desgaste irregular, cortes, bolhas etc.); faróis/lanternas — 91% dos faróis estavam desregulados e 38% em mau estado, dos quais 29% danificados; 27% possuíam lanternas com penetração de água/poeira e 23% apresentavam lanternas não originais; suspensão — 86% mostravam pelo menos um problema de suspensão; foram identificados defeitos em molas e amortecedores, respectivamente, em 56% e 40% dos veículos avaliados; direção — 39% dos veículos tinham defeitos no sistema de direção; freios — 72% dos carros avaliados apresentavam, pelo menos, um problema nos itens avaliados do sistema de freios; o item com maior incidência foi o fluido, com 46%, seguindo-se a espessura dos discos e pastilhas, respectivamente com 38% e 27%; a incidência de problemas nas rodas foi de 23%, com maior ocorrência de amassamento nas abas e defeitos nos furos de válvulas.

Em cada 100 veículos analisados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, 22 apresentavam os quatro pneus em mau estado; 38 apresentavam os faróis em mau estado; 48 apresentavam as lanternas em mau estado; 86 apresentavam pelo menos um problema de suspensão; 39 apresentavam pelo menos um problema de direção; 72 apresentavam pelo menos um problema de freio; 23 apresentavam pelo menos um problema nas rodas.

Os resultados apresentados revelam a precariedade do estado de conservação da frota de veículos em circulação no Brasil, em particular os itens de segurança, tão importantes para um trânsito de boa qualidade. Autoridades e sociedade precisam refletir sobre a necessidade de se instituir no País uma sistemática para aferição dos itens de segurança dos veículos. Ao lado disso, faz-se necessário instituir campanhas educativas, com o apoio do Governo e dos empresários da indústria automobilística, visando a conscientizar nossos motoristas para o papel importante que tem uma boa conservação do veículo em sua segurança pessoal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o assunto que me faz vir hoje à tribuna desta Casa é a inclusão do Banco Meridional do Brasil S/A no Programa Nacional de Desestatização — PND, conforme o disposto no Decreto nº 654, de 17 de dezembro de 1992.

O Sindicato dos Bancários de Joinville e Região, encampando as preocupações e anseios dos empregados do Banco Meridional, fez chegar às minhas mãos ofício de seus diretores, acompanhado de um abaixo-assinado do corpo funcional dessa instituição bancária, no qual expõe a situação financeira atual do banco e as justificativas que suportam a sua exclusão do processo de desestatização.

Como nos lembramos todos, o Governo Federal, em 1985, aportou recursos públicos da ordem de 130 milhões de dólares, os quais, somados a 71 milhões de dólares de

investimento, saneou o rombo do extinto Banco Sulbrasileiro e fez surgir o Banco Meridional.

Hoje, passados oito anos, o Banco demonstra forte saúde financeira, encontrando-se completamente saneado. De acordo com as informações do Sindicato, no último balanço de 1992, foi verificado um lucro líquido de 14 milhões de dólares, esperando-se cifra próxima a 10 milhões de dólares para o primeiro semestre de 1993. A cotação atual do Meridional chega a 410 milhões de dólares.

Com esse perfil, é de se estranhar que o Banco Meridional do Brasil S/A tenha sido incluído no Plano Nacional de Desestatização, mormente quando se conferem os objetivos a serem alcançados com o processo de privatização, consubstanciados nas metas de redução da dívida interna, equilíbrio das contas estatais e retomada do crescimento econômico.

Não têm sido poucos os percalços por que vem passando a implementação da política de privatização das empresas estatais. A par das denúncias de avaliação incorreta do preço real das empresas e da utilização das chamadas "moedas podres" nos leilões de privatização, têm despontado críticas aqui e acolá que atingem o cerne da própria concepção do programa, tanto na sua formulação original, durante o governo do ex-Presidente Collor, quanto na sua versão reformulada pelo Governo de Itamar Franco.

Este não é o momento, Sr. Presidente, de aprofundar qualquer análise crítica sobre o Programa Nacional de Desestatização. Não o farei, por certo. Mas tenho de referenciar algumas posições contrárias, mais no intuito de tratar a questão por seus vários ângulos possíveis, do que no desejo de questionar a iniciativa privatizante.

Ainda no mês passado, o jornal *O Estado de S. Paulo* deu espaço à opinião do economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, da Universidade de São Paulo, para quem a privatização pouca contribuição trará ao ajuste fiscal do Governo. Sua tese aponta para o fato de, por estar vendendo ativos de estoque limitado, não conseguir o Governo usar o dinheiro arrecadado para completar o desejável equilíbrio de contas, dado ser essa uma meta de busca permanente. Ainda segundo o professor Cirne de Toledo, o déficit atual deveria ser combatido com corte de gastos e aumento da receita. Vender estatais, a rigor, seria uma forma de "financiar o déficit", e não, eliminá-lo.

Em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de 12 de julho deste ano, o economista César Manoel de Medeiros, considera o enfoque do Programa de Privatização do Governo totalmente equivocado. A idéia que defende é um processo de privatização compatibilizado com um novo perfil do papel do Estado na economia, visando à retomada dos investimentos, do desenvolvimento auto-sustentado e da soberania nacional, com a definição clara de quais tarefas caberiam ao Estado.

É no contexto da retomada dos investimentos e do crescimento econômico que o Governo deveria encaminhar o debate sobre o processo de privatização, segundo a posição do citado economista. Para ele, deve ser identificado como não-privatizável o grupo constituído por empresas de importância estratégica para a soberania nacional, entre as quais destaca a PETROBRÁS, a TELEBRÁS, a EMBRATEL, a Vale do Rio Doce, a ECT. Nesse grupo, inclui os bancos oficiais federais, os quais, no entanto, reconhece que deveriam passar por um processo de reestruturação.

Quero também referir artigo do jornalista e escritor Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, publicado no *Jornal do Brasil*, de 27 de junho passado, que informa estar acima de vinte bilhões de dólares o prejuízo ocasionado ao patrimônio público pelas avaliações irrisórias das empresas públicas já privatizadas.

Poderia alongar meu pronunciamento com a citação de mais vozes críticas sobre o Programa de Desestatização. Não o farei, no entanto, para não tomar demasiado a atenção de V. Ex^{sa}.

Volto ao ponto que me interessa, Sr. Presidente, que é questionar a privatização do Banco Meridional do Brasil S/A.

Devo destacar o importante papel que desempenha ele em sua área de abrangência, como alavancador privilegiado da atividade econômica, mormente da pequena e média empresa, normalmente desassistida pelo sistema financeiro privado.

E lembro que está próxima a integração econômica dos países do Cone Sul, que trará como efeito, com toda certeza, o favorecimento aos grandes conglomerados e à concentração de capitais. Com isso, é previsível a quebra de grande número de empresas, em visível prejuízo para as pequenas e médias, que serão as primeiras a sucumbirem à ação predadora dos grandes grupos.

Além disso, a formação do MERCOSUL, conforme observa o Sindicato dos Bancários de Joinville e Região, impõe a existência de um banco para a reconversão da atividade econômica. Este terá de ser estatal, pois aos bancos privados não interessam os financiamentos de longo prazo.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a privatização do Banco Meridional, se executada, ferirá o disposto no artigo 192, § 2º, da Constituição Federal, que determina sejam os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Ora, a única instituição federal de crédito com ação voltada tipicamente para a região Sul é o Banco Meridional do Brasil S/A, cabendo-lhe, portanto, cumprir o papel assinalado no citado dispositivo constitucional.

Além disso, caso o Banco Meridional passe à iniciativa privada, a União poderá se ver obrigada, em futuro próximo, a criar uma nova instituição de crédito para atuar na Região Sul, com evidentes dispêndios financeiros.

Com um total de 256 agências, das quais 170 automatizadas, 12 mil funcionários e 10 superintendências, o Banco Meridional se firmou como um banco saneado, enxuto, saudável, em relação ao seu período de formação, no qual contava com 389 agências, 19 mil funcionários e 25 superintendências.

Hoje, são mais de 700 mil seus contribuintes correntistas, 430 mil suas contas de poupança e 50 mil seus acionistas. Calculem com que sanha a iniciativa privada se apoderaria desse patrimônio, para obter maior concentração do já tão oligopolizado setor financeiro nacional.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero enfatizar que a atuação do Banco Meridional junto ao desenvolvimento econômico regional e sua parceria junto à pequena e média atividade econômica fazem dele o agente oficial comercial e de fomento dos financiamentos necessários para a região, para o País e para a integração latino-americana que se avizinha.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Antonio Mariz _ Carlos Patrocínio _ Dario Pereira _ Eduardo Suplicy _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Garibaldi Alves Filho _ Hydekel Freitas _ Jarbas Passarinho _ João Rocha _ Josaphat Marinho _ José Sarney _ Lavoisier Maia _ Lourival Baptista _ Luiz Alberto Oliveira _ Mansueto de Lavor _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Ney Maranhão _ Pedro Teixeira _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência dispensa na sessão de hoje o período correspondente à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Convido os Srs. Senadores e os servidores para o hasteamento da bandeira brasileira às 12h.

Essa é a participação do Senado Federal neste dia consagrado à Bandeira Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 135, DE 1993 - COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993 - Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, *que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona, tendo*

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Richa, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto e pela tramitação autônoma, como projeto de lei, das emendas apresentadas.

2

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 1993
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1993 (nº 284/91, na Casa de origem), *que regulamenta o*

exercício das Profissões de Técnico em Higiene Dental e de Atendente de Consultório Dentário (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que *dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas, tendo*

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Almir Gabriel, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto com emenda de redação que apresenta.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a emenda)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 217, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1993 (nº 2.287/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências, tendo*

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Aluizio Bezerra, favorável ao Projeto, com 4 emendas de redação que apresenta.

(Dependendo de pareceres da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sobre a emenda de Plenário; e da Comissão de **Assuntos Econômicos** sobre o Projeto e as emendas)

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 125, DE 1993
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 125, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 413, de 1993), que *autoriza a União a contratar operação de crédito, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB, no valor de cento e onze milhões, quinhentos e cinco mil libras esterlinas, para aquisição e modernização de helicópteros da Marinha do Brasil.*

6

MENSAGEM Nº 396, DE 1993
Escolha de Autoridade
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 412, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 396, de 1993 (nº 820/93, na origem), de 4 de novembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **EDSON BASTOS SABINO**, para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 4 minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 70, DE 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso das suas competências regimentais e regulamentares, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.802/93-5, resolve delegar competência ao Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para firmar, pelo Senado Federal, termo de contrato de cessão de parte das instalações do Anexo do Palácio do Itamaraty, situado na Cidade do Rio de Janeiro, a ser celebrado com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, ouvida a Consultoria-Geral.

Senado Federal, 18 de novembro de 1993. — Senadores Humberto Lucena — Chagas Rodrigues — Levy Dias — Beni Veras — Nelson Wedekin — Nabor Júnior.

ATO DO PRESIDENTE Nº 563, DE 1993

O Presidente do Senado Federal no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD-638/93-5, resolve aposentar, por invalidez, o servidor SINVAL SENRA MARTINS JÚNIOR, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Permanente do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — Prodasen, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da

República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 186, inciso I, § 1º e 244 da Lei nº 8.112, de 11-12-90, e com o artigo 76, inciso V, § 5º, do Regulamento do Prodasen, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91 e 51/93 do Senado federal, do Ato 006, de 1992, do Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen e com a vantagem constante da decisão da Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal, adotada em sua 14ª Reunião Ordinária, realizada em 27-11-85, conforme Processo PD-1010/85-9, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 18 de novembro de 1993 — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 564, DE 1993

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento Fiscal do Senado Federal.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 57, § 3º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Fica alterado na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento da União 2.101 — Senado Federal, que com este baixa.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de novembro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM CRS 1A

| QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-CANCELAMENTO | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL | | |
|--|-----------|---|------------|------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
| 03.007.0025.2022 - Reparos e Conservação de Imóveis | | | | |
| 03.007.0025.2022/0002 - Conservação e Reparos de Imóveis do Senado Federal | 3.4.90.30 | 100 | 15.000.000 | 15.000.000 |

| RECURSOS DO TESOURO | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | TOTAL |
|---------------------|---------------------------|------------|
| 15.000.000 | 15.000.000 | 15.000.000 |

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM CRS 1A

| QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-SUPLEMENTAÇÃO | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL | | |
|--|-----------|---|------------|------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
| 03.007.0025.2022 - Reparos e Conservação de Imóveis | | | | |
| 03.007.0025.2022/0002 - Conservação e Reparos de Imóveis do Senado Federal | 3.4.90.39 | 100 | 15.000.000 | 15.000.000 |

| RECURSOS DO TESOURO | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | TOTAL |
|---------------------|---------------------------|------------|
| 15.000.000 | 15.000.000 | 15.000.000 |

ATO DO PRESIDENTE Nº 565, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022.343/93-B, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor TARCISO DUARTE MAIA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37, e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 19 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 247, DE 1990

Que aposentou MIGUEL DA SILVA, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Padrão I.

APOSTILA

Fica alterado o funcionamento legal a que se refere o presente Ato, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 21, de 1980 e excluir os artigos 490 e 492 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 18 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 76, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS, JOSÉ DE RIBAMAR

DUARTE MOURÃO, RODRIGUES CAGIANO BARBOSA, EDSON LODI DE CAMPOS SOARES (Senado Federal), JOÃO DE MORAES SILVA (Cegraf) e DIETER HERMANN MATUSCHKE (Prodasen) para, sob a presidência do primeiro, integrarem Grupos de Trabalho incumbido de promover estudos visando à estruturação jurídica e a modernização do Pecúlio dos Servidores do Senado Federal, Cegraf e Prodasen.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º A Comissão de Administração do Pecúlio fica incumbida de acompanhar os trabalhos e providenciar o suporte necessário para o funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de novembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 77, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 023.061/93-6, resolve tornar sem efeito o Ato nº 21, de 1993, desta Diretoria, que nomeou ANTONIO ROCHA MAGALHÃES, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Beni Veras.

Senado Federal, 19 de novembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
Cid S. de Carvalho
José Fogaça
Iram Saraiva
Nelson Carneiro
Antônio Mariz
Pedro Simon
Wilson Martins

RO-3111/12
CE-3058/59
RS-3077/78
GO-3134/35
RJ-3209/10
PB-4345/46
RS-3230/31
MS-3114/15

César Dias
Mansueto de Lavor
Garibaldi A. Filho
Gilberto Miranda
Marcio Lacerda
Alufzio Bezerra
Divaldo Suruagy
Alfredo Campos

RR-3064/65
PE-3183/84
RN-4382/92
AM-3104/05
MT-3029/30
AC-3158/59
AL-3185/86
MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio
Odacir Soares
Elcio Alvares

BA-3173/74
SE-3032/33
TO-4058/68
RO-3218/19
ES-3131/32

Hydekel Freitas
Marco Maciel
Henrique Almeida
Lourival Baptista
João Rocha

RJ-3082/83
PE-3197/98
SP-3191/92
SE-3027/28
TO-4071/72

PSDB

Eva Blay
Jutahy Magalhães
Mário Covas

SP-3119/20
BA-3171/72
SP-3177/78

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Vago

PA-3145/46
AL-4093/94

PTB

Luiz Alberto
Carlos De'Carli

PR-4059/60
AM-3079/80

Afonso Camargo
Lourenberg N. Rocha

PR-3062/63
MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar

MA-3073/74

Lavoisier Maia

RN-3239/40

PRN

Aureo Mello

AM-3091/92

Ney Maranhão

PE-3101/02

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Gerson Camata

ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin

SC-4206/07

Jarbas Passarinho

PA-3022/24

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

João França

RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
César Dias
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Juvêncio Dias
Ronaldo Aragão

RO-3111/12
PB-4345/46
RR-3064/65
CE-3058/60
AL-3180/85
MA-3050/4393
RR-4052/53

Alufzio Bezerra
João Calmon
Onofre Quinan
Pedro Simon
José Fogaça
Ronan Tito
Nelson Carneiro

AC-3158/59
ES-3154/55
GO-3148/49
RS-3230/32
RS-3077/78
MG-3038/39
RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho
Márcio Lacerda
Vago

RN-4382/92
MT-3029

Iram Saraiva
Vago
Vago

GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odacir Soares
Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
PE-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Alvaro Pacheco
Bello Parga
Hydekel Freitas
Elcio Alvares
Guilherme Palmeira

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto
Afonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto Oliviera
Carlos De'Carli

DF-3188/89
PR-4059/60
AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Aureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3055/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Alufzio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinan

MG-3038/39/40
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65/66
PE-3182/83/84
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaça
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Juvêncio Dias
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
João Calmon
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/4393
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

TO-4058/68
PB-320/02
AP-3191/92/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odacir Soares
Bello Parga
Alvaro Pacheco
Elcio Alvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

PSDB

| | | | |
|-------------|---------------|-----------------|------------|
| Beni Veras | CE-3242/43/44 | Almir Gabriel | PA-3145/47 |
| José Richa | PR-3163/64 | Dirceu Carneiro | SC-3179/80 |
| Mário Covas | SP-3177/78 | Vago | |

PTB

| | | | |
|-----------------|-----------------|---------------------|------------|
| Affonso Camargo | PR-3062/63 | Lourenberg N. Rocha | MT-3035/36 |
| Valmir Campelo | DF-3188/89/4061 | Luiz A. Oliveira | PR-4059/60 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Marluce Pinto | RO-4062/63 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| Magno Bacelar | MA-3074/75 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 |
|---------------|------------|----------------|------------|

PRN

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| Albano Franco | SE-4055/56 | Saldanha Derzi | MS-4215/18 |
| Ney Maranhão | PE-3101/02 | Aureo Mello | AM-3091/92 |

PDC

| | | | |
|--------------|-----------------|---------------|------------|
| Moisés Abrão | GO-3136/37/3522 | Gerson Camata | ES-3203/04 |
|--------------|-----------------|---------------|------------|

PDS

| | | | |
|-----------------|------------|-------------------|------------|
| Esperidião Amin | SC-4206/07 | Jarbas Passarinho | PA-3022/24 |
|-----------------|------------|-------------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------------|------------|
| Meira Filho | DF-3222/05 | Irapuan C. Júnior | GO-3089/90 |
|-------------|------------|-------------------|------------|

PT/PSB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|---------|
| Eduardo Suplicy | 3213/15/16 | José Paulo Bisol | 3224/25 |
|-----------------|------------|------------------|---------|

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|-----------------|------------|--------------------|------------|
| Ronan Tito | MG-3039/40 | Mauro Benevides | CE-3052/53 |
| Alfredo Campos | MG-3237/38 | Flaviano Melo | AC-3493/94 |
| Nelson Carneiro | RJ-3209/10 | Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 |
| Divaldo Suruagy | AL-3185/86 | Mansueto de Lavor | PE-3182/83 |
| João Calmon | ES-3154/55 | Gilberto Miranda | AM-3104/05 |
| Ruy Bacelar | BA-3160/61 | Cesar Dias | RR-3064/65 |

PFL

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------|--------------|
| Guilherme Palmeira | AL-3245/46 | Francisco Rollemberg | SE-3032/34 |
| Hydekel Freitas | RS-3064/65 | Josaphat Marinho | BA-3173/74 |
| Lourival Baptista | SE-3027/28 | Raimundo Lira | PB-3200/3201 |
| Álvaro Pacheco | PI-3085/86 | Marco Maciel | PE-3197/98 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|------------|
| Dirceu Carneiro | SC-3179/80 | Jutahy Magalhães | BA-3171/72 |
| José Richa | PR-3163/64 | Eva Blay | SP-3119/20 |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|----------------|------------|
| Luiz A. Oliveira | PR-4058/59 | Valmir Campelo | DF-3188/89 |
| Marluce Pinto | RR-4062/63 | Jonas Pinheiro | AP-3206/07 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|---------------|------------|
| Darcy Ribeiro | RJ-4230/31 | Magno Bacelar | MA-3074/75 |
|---------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|---------------|------------|----------------|--------------|
| Albano Franco | SE-4055/56 | Saldanha Derzi | MS-3255/4215 |
|---------------|------------|----------------|--------------|

PDC

| | | | |
|---------------|------------|--------------------|------------|
| Gerson Camata | ES-3203/04 | Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 |
|---------------|------------|--------------------|------------|

PP

| | | | |
|----------------------|-----------|----------------|-----------|
| Irapuan Costa Júnior | 3088/3089 | Pedro Teixeira | 3127/3128 |
|----------------------|-----------|----------------|-----------|

PDS

| | | | |
|-------------------|------------|------------------|------------|
| Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Lucídio Portella | PI-3055/56 |
|-------------------|------------|------------------|------------|

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|------------------|------------|----------------|------------|
| Flaviano Melo | AC-3493/94 | Amir Lando | RO-3110/11 |
| Mauro Benevides | CE-3194/95 | Ruy Bacelar | BA-3161/62 |
| Aluizio Bezerra | AC-3158/59 | Ronaldo Aragão | RR-4052/53 |
| Onofre Quinan | GO-3148/49 | Ronan Tito | MG-3039/40 |
| Gilberto Miranda | AM-3104/05 | Juvêncio Dias | PA-3050/53 |
| Alfredo Campos | MG-3237/38 | Antonio Mariz | PB-4345/46 |
| Marcio Lacerda | MT-3029/30 | Wilson Martins | MS-4345/46 |
| Vago | | Vago | |

PFL

| | | | |
|------------------|------------|--------------------|------------|
| Dario Pereira | RN/3098/99 | Raimundo Lira | PB-3201/02 |
| Henrique Almeida | AP-3191/92 | João Rocha | TO-4071/72 |
| Elcio Álvares | ES-3131/32 | Carlos Patrocínio | TO-4068/69 |
| Bello Parga | MA-3069/72 | Guilherme Palmeira | AL-3245/46 |
| Hydekel Freitas | RJ-3082/83 | Vago | |

PSDB

| | | | |
|-------------------|------------|------------------|------------|
| Dirceu Carneiro | SC-3179/80 | Beni Veras | CE-3242/43 |
| Teotônio V. Filho | AL-4093/94 | Jutahy Magalhães | BA-3171/72 |
| José Richa | PR-3163/64 | Vago | |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|-----------------|------------|
| Lourenberg N. R. | MT-3035/36 | Affonso Camargo | PR-3062/63 |
| Marluce Pinto | RR-4062/63 | Vago | |

PDT

| | | | |
|----------------|------------|---------------|------------|
| Lavoisier Maia | RN-3239/40 | Magno Bacelar | BA-3074/75 |
|----------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|----------------|------------|---------------|------------|
| Saldanha Derzi | MT-4215/18 | Albano Franco | SE-4055/56 |
|----------------|------------|---------------|------------|

PDC

| | | | |
|---------------|------------|--------------|------------|
| Gerson Camata | ES-3203/04 | Moisés Abrão | TO-3136/37 |
|---------------|------------|--------------|------------|

PDS

| | | | |
|------------------|------------|-----------------|------------|
| Lucídio Portella | PI-3055/56 | Esperidião Amin | SC-4206/07 |
|------------------|------------|-----------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------|------------|
| João França | RR-3067/68 | Meira Filho | DF-3221/22 |
|-------------|------------|-------------|------------|

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|-------------------|--------------|------------------------|------------|
| João Calmon | ES-3154/55 | Cid Sabóia de Carvalho | CE-3058/59 |
| Flaviano Melo | AC-3493/94 | Antônio Mariz | PB-4345/46 |
| Mauro Benevides | CE-3052/53 | Onofre Quinan | GO-3148/49 |
| Wilson Martins | MS-3114/15 | Marcio Lacerda | RJ-3029/30 |
| Juvêncio Dias | PA-3050/4393 | Ronaldo Aragão | RO-4052/53 |
| Mansueto de Lavor | PE-3182/83 | Amir Lando | RO-3110/11 |
| José Fogaça | RS-3077/78 | Ruy Bacelar | BA-3160/61 |
| Pedro Simon | RS-3230/31 | Alfredo Campos | MG-3237/38 |
| Iram Saraiva | GO-3134/35 | Nelson Carneiro | RJ-3209/10 |

PFL

| | | | |
|------------------|------------|----------------------|------------|
| Josaphat Marinho | BA-3173/74 | Dario Pereira | RN-3098/99 |
| Marco Maciel | PE-3197/98 | Odacir Soares | RO-3218/19 |
| Álvaro Pacheco | PI-3085/86 | Francisco Rollemberg | SE-3032/33 |
| Raimundo Lira | PB-3201/02 | Carlos Patrocínio | TO-4058/68 |
| Bello Parga | MA-3069/72 | Henrique Almeida | AP-3191/92 |

PSDB

| | | | |
|-------------------|------------|-------------|------------|
| Almir Gabriel | PA-3145/46 | Beni Veras | CE-3242/43 |
| Eva Blay | SP-3119/20 | Mário Covas | SP-3177/78 |
| Teotônio V. Filho | AL-4093/94 | José Richa | PR-3163/64 |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|------------------|------------|
| Valmir Campelo | DF-3188/89 | Luiz A. Oliveira | PR-4058/59 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Marluce Pinto | RR-4062/63 |
| Louremberg N. R. | MT-3035/36 | Carlos De' Carli | AM-3079/80 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|---------------|------------|
| Darcy Ribeiro | RJ-4229/30 | Magno Bacelar | MA-3074/75 |
|---------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|--------------|------------|----------------|------------|
| Aureo Mello | AM-3091/92 | Albano Franco | SE-4055/56 |
| Ney Maranhão | PE-3101/02 | Saldanha Derzi | MS-4215/18 |

PDC

| | | | |
|--------------|------------|--------------------|------------|
| Moisés Abrão | TO-3136/37 | Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 |
|--------------|------------|--------------------|------------|

PDS

| | | | |
|-------------------|------------|-----------------|------------|
| Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Esperidião Amin | SC-4206/07 |
|-------------------|------------|-----------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------|------------|
| Meira Filho | DF-3221/22 | João França | RR-3067/68 |
|-------------|------------|-------------|------------|

PT/PSB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|------------|
| Eduardo Suplicy | SP-3213/15 | José Paulo Bisol | RS-3224/25 |
|-----------------|------------|------------------|------------|

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.